

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.845 - MS (2019/0097424-8)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : PRINCY CARLOS DE OLIVEIRA SALUSTIANO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **PRINCY CARLOS DE OLIVEIRA SALUSTIANO** contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 304 C.O 297 AMBOS DO CÓDIGO PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO VERIFICADO. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. CONFISSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA PENA. SÚMULA 231 DO STJ. PENA DE MULTA CORRETAMENTE FIXADA. JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA. RECURSO DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDO.

1. No delito de uso de documento falso, para que se caracterize a tentativa inidônea ou crime impossível, é necessário que a falsificação seja grosseira, perceptível *primo ictu oculi* e incapaz de enganar o homem médio, o que não ocorreu no caso em tela. O meio utilizado possui toda a aptidão para ofender ou gerar perigo de lesão ao bem jurídico, estando apto a induzir o homem médio em erro, inclusive a fiscalização, que apenas detectou o ilícito diante da confissão do réu na abordagem, de modo que não há falar-se em crime impossível.

2. Materialidade delitiva, autoria e dolo comprovados.

3. Réu conduzia o veículo utilizando a Carteira de Habilitação falsa, restando consumado o delito previsto no art. 304 c.c. 297, ambos do Código Penal. Por ser a CNH um documento de porte obrigatório, de acordo com o artigo 140 e seguintes do Código de Trânsito Brasileiro, quando o agente conduz o veículo portando CNH inautêntica, age, ao menos, com dolo eventual, assumindo o risco de praticar o crime de uso de documento falso.

4. Dosimetria da pena. Muito embora reconhecida a atenuante da confissão, incabível a aplicação de sanção inferior ao mínimo legal, em observância à Súmula nº 231 do STJ.

5. No cômputo da pena de multa, a quantidade de dias deve observar o mesmo critério utilizado para o cálculo da pena corporal, e o valor será estabelecido com observância da situação econômica do réu (arts. 49 e 60 do Código Penal). Na hipótese *sub judice*, a quantidade de dias-multa está em harmonia com a pena corporal imposta. No que se refere ao valor unitário do dia - multa, verifico que o juízo de primeiro grau fixou em um salário mínimo, o que não merece reparos, ante a

situação econômica do acusado (comerciante- termo de fl. 07-v°).

6. Concedidos os benefícios da justiça gratuita, o que não afasta, contudo, a condenação do réu no pagamento das custas processuais (CPP, art. 804), o qual fica sobrestado pelo prazo de 5 (cinco) anos enquanto perdurar seu estado de pobreza (art. 98, §3º, do Novo Código de Processo Civil). A isenção deverá ser apreciada na fase de execução da sentença, a mais adequada para aferir a real situação financeira do condenado (STJ, REsp n. 842.393, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, j. 20.03.07; REsp n. 263.381, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 06.02.03; TRF da 3ª Região, ACR n. 26.953, Rel. Des. Fed. André Nekatschalow, j. 09.02.09).

7. Recurso da defesa parcialmente provido." 379-380

A defesa aponta violação ao art. 304 do Código Penal, sustentando, em síntese, que, embora o acusado portasse "CNH falsificada, dela não fez uso, já que sua obtenção se deu contra sua vontade e independente de sua ação (através de busca pessoal)" (e-STJ, fl. 391).

Sustenta que para a caracterização do referido crime, "faz-se necessário que a apresentação tenha sido voluntária e não mediante requisição da autoridade competente" (e-STJ, fl. 392).

Requer seja conhecido o presente recurso a fim de reformar o v. Acórdão (e-STJ, fl. 393).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 398-406).

O recurso não foi admitido por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 408-412). Daí o presente agravo (e-STJ, fls. 415-421).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovemento do agravo (e-STJ, fls. 442-446).

#### **É o relatório.**

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Colhe-se do aresto recorrido:

"Consta dos autos que Princy Carlos de Oliveira Salustiano foi denunciado pela prática dos delitos previstos no art. 304 c.c o art. 297, ambos do Código Penal, pelos fatos a seguir expostos:

Narra denúncia que no dia 22/07/2015, na Rodovia RB 262, KM 383, Município de Terenos/MS, o denunciado foi preso em flagrante fazendo uso, consciente e voluntariamente, de documento público falso, ao apresentar uma Carteira Nacional de Habilitação inautêntica a Policiais Rodoviários Federais que o abordaram.

Segundo foi apurado, na data dos fatos, em fiscalização de rotina, Policiais Rodoviários Federais abordaram a caminhonete F-350, de placas EJK 9967, conduzida pelo denunciado, uma vez que ele, diante da barreira policial, tentou fugir do local, o que levou as autoridades a fazerem revista pessoal no acusado e no veículo.

**Consoante denúncia, os policiais constataram a existência de sinais de falsificação na CNH apresentada e verificaram que havia um registro de boletim de furto do veículo. Neste momento, quando questionado a respeito, o réu confessou o uso da CNH falsa e que**

participou do furto do caminhão.

(...)

Não merece acolhida a tese de que o réu não praticou o elemento objetivo do tipo, pois a apresentação de documento falso para identificar-se ou atribuir aparência de legalidade a atividade ilicitamente exercida é a forma ordinária de prática do crime de uso de documento falso, de modo que é indiferente que o crime tenha se realizado em decorrência de solicitação de autoridade competente. Nesse sentido:

"Reiterada é a jurisprudência desta corte e do STF no sentido de que há crime de uso de documento falso ainda quando o agente o exhibe para a sua identificação em virtude de exigência por parte de autoridade policial" (STJ, 5.a T., REsp 193.210/DF, Rel. José Arnaldo da Fonseca, j. 20.04.1999, v.u., DJ 24.05.1999, Seção 1, p. 190).

Ademais, tratando-se de Carteira de Habilitação falsa, e que o réu estava conduzindo o veículo se utilizando desta, conforme seu interrogatório extrajudicial, agiu, ao menos, com dolo eventual, assumindo o risco de praticar o crime de uso de documento falso.

**A CNH é um documento de porte obrigatório, de acordo com o artigo 140 e seguintes do Código de Trânsito Brasileiro, assim, quando o agente conduz o veículo portando CNH inautêntica, faz uso do documento falso, nos termos do Código Penal.**

Resta consumado, portanto, o delito previsto no art. 304 c.c. 297, ambos do Código Penal.

Acrescenta-se a este fato que o delito de uso de documento falso, tipificado no art. 304 do Código Penal, é crime formal e se consuma no momento da sua utilização, prescindindo da comprovação de um resultado específico. **No presente caso, restou comprovado que o acusado conduzia o veículo, fazendo uso da CNH falsa, tendo sido este o único documento encontrado para a sua identificação.**

Por tudo isso, resta inaplicável o princípio do *in dubio pro reo*, uma vez que se tratando de documento falso, incumbe à defesa provar que o réu possuía documento de identificação verdadeiro ou que havia sido levado em erro (art. 156 CPP), com o fito de afastar a responsabilidade da conduta, pois não basta a mera presunção genérica de que o réu não praticou a conduta.

Logo, não merece guarida o pleito defensivo pela absolvição do réu, ante a atipicidade da conduta a ele imputada, pois restaram demonstradas as intenções do acusado de burlar a lei e enganar a fiscalização, ao utilizar um documento falso, de forma livre e consciente, perpetrando conduta típica e antijurídica.

Dessarte, provados a materialidade, a autoria delitiva e o dolo, deve ser mantida a condenação do réu Princy Carlos de Oliveira Salustiano pela prática do crime previsto no artigo 304 c.c 297, ambos do Código Penal." (e-STJ, fls. 372-375).

Ocorre que o objeto da persecução penal não é o porte, e sim o uso. Como bem delineado no acórdão que julgou a apelação, a CNH é documento público de

porte obrigatório, de acordo com o artigo 140 e seguintes da Lei nº 9.503/97, de modo que, ao conduzir o veículo portando CNH falsificada, é de rigor a tipificação penal.

Sobre o tema, confirmam-se os ensinamentos de Cezar Roberto Bitencourt:

"Quando se tratar de Carteira Nacional de Habilitação, o simples porte caracteriza o crime, embora seja exibido por solicitação da autoridade de Trânsito. Nessa hipótese, portá-la é "fazer uso". Na hipótese de outro documento, a nosso juízo, o simples "porte de documento", que apenas é encontrado mediante revista da autoridade competente, não caracteriza este crime." (BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012- p. 1131).

Corroboram esse entendimento:

**"PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304). CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO FALSIFICADA APREENDIDA EM PODER DE MOTORISTA DIRIGINDO VEÍCULO. O CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO DEPENDE, PARA SUA CONSUMAÇÃO, DA FORMA CORRENTE DE UTILIZAÇÃO DE CADA DOCUMENTO. EXIGINDO O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO QUE O MOTORISTA "PORTE" A CARTEIRA DE HABILITAÇÃO E A EXIBA QUANDO SOLICITADO, PORTAR A CARTEIRA PARA DIRIGIR É UMA DAS MODALIDADES DE USO DESSE DOCUMENTO. SE A CARTEIRA É FALSA, O CRIME DO ART. 304 DO CP SE CONFIGURA AINDA QUE A EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO DECORRA DE EXIGÊNCIA DA AUTORIDADE POLICIAL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO PARA RESTABELECEER A SENTENÇA CONDENATÓRIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA."**

(REsp 606/SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/1989, DJ 04/12/1989, p. 17887, grifou-se)

PENAL. *HABEAS CORPUS*. ART. 304 DO CÓDIGO PENAL. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO FALSA. TIPICIDADE DA CONDUTA. DOCUMENTO GROSSEIRO. CRIME IMPOSSÍVEL. REEXAME DE PROVAS.

I - "Uso de documento falso (C.Pen., art. 304): não o descaracterizam nem o fato de a exibição de cédula de identidade e de carteira de habilitação terem sido exibidas ao policial por exigência deste e não por iniciativa do agente - pois essa é a forma normal de utilização de tais documentos -, nem a de, com a exibição, pretender-se inculcar falsa identidade, dado o art. 307 C. Pen. e um tipo subsidiário." (HC 70.179/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU de 24/06/1994).

(...)

*Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado."

(HC 110.449/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA

TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 19/12/2008)

"[...]

2. A circunstância de o documento falsificado ser solicitado pelas autoridades policiais não descaracteriza o crime do art. 304 do Código Penal.

*Omissis.*

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1369983/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 21/06/2013)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator